

## RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE 03/2014)

**Data:** 03 de dezembro de 2014 (1ª parte) e 17 de dezembro de 2014 (2ª parte)

**Horário:** das 15h15min às 18h05min (03/12) e 16h45min às 18h20min (17/12)

**Local:** Salão Nobre da Presidência

### Participantes:

- Des<sup>a</sup> Cleusa Regina Halfen – Presidente (presente dia 17/12)
- Des<sup>a</sup> Ana Luíza Heineck Kruse – Vice-Presidente (presente dia 03/12)
- Des<sup>a</sup> Beatriz Renck – Corregedora (presente dia 17/12)
- Des<sup>a</sup> Carmen Izabel Centena González – Vice-Corregedora
- Des<sup>a</sup> Rosane Serafini Casa Nova – Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Planejamento Estratégico (presente dia 17/12)
- Des. José Felipe Ledur – Diretor da Escola Judicial (presente dia 17/12)
- Juiz Ricardo Fioreze - Juiz Auxiliar da Presidência
- Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi – Juíza Auxiliar da Corregedoria
- Soraia Bohn - Secretária-Geral da Presidência
- Onélio Luis Soares dos Santos - Secretário-Geral Judiciário
- Mauro Baltar Grillo - Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
- Natacha Moraes de Oliveira - Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações
- Mário Garrastazu Médici - Diretor da Secretaria de Comunicação Social
- Daniela Vaz dos Santos - Diretora da Secretaria de Administração
- Carolina da Silva Ferreira – Assessora-chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais
- Romy Bruxel – Assistente Administrativo - Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais

### Pauta:

- Versão preliminar do Plano Estratégico 2015-2020
- Definição do portfólio de projetos estratégicos

## **Introdução:**

O presente relatório registra as duas Reuniões de Análise da Estratégia (RAE) ocorridas no mês de dezembro, em que foi apresentada a versão preliminar do planejamento estratégico 2015-2020 e definidos os projetos estratégicos para o referido período pelo Comitê de Gestão de Estratégica.

A reunião de 17 de dezembro foi presidida pela Desembargadora-Presidente, Cleusa Regina Halfen, e a reunião de 03 de dezembro presidida pela Vice-Presidente, Ana Luiza Heineck Kruse, no exercício da Presidência naquela data. Nos dois encontros, após a abertura dos trabalhos pelas Desembargadoras, a condução da reunião foi passada para a Assessora-chefe da AGE, Carolina da Silva Ferreira.

Previamente às reuniões, foi enviado material preparatório para os componentes do Comitê de Gestão Estratégica, composto de documento com a versão preliminar do Planejamento Estratégico 2015-2020 e documento com informações sobre os projetos estratégicos em andamento e os propostos para o período 2015-2020.

Os resultados e relatos das reuniões são descritos nos tópicos a seguir, conforme os itens da pauta já citados. A definição dos projetos estratégicos foi conduzida por objetivo estratégico aprovado, sendo discutidos e definidos os projetos e ações relacionadas aos objetivos 1 a 4 no dia 03 de dezembro, e os demais no dia 17 de dezembro.

Além dos projetos estratégicos, o Comitê decidiu que serão definidas *ações setoriais*, que tem como característica uma estrutura mais simples do que um projeto estratégico, sob a responsabilidade das áreas que são afetadas às ações propostas, como por exemplo, ação de treinamento em gerenciamento de equipes para gestores do 2º grau, sob responsabilidade da SEGESP, visando melhorar o ambiente de trabalho nos gabinetes.

### **1. Versão preliminar do Plano Estratégico 2015-2020**

A versão preliminar do Plano Estratégico encaminhada aos membros do Comitê apresenta a Missão, Visão, Valores, Análise de Ambiente, Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas. Ao final do documento, foram listados os projetos em andamento com as respectivas propostas de encaminhamento da AGE, bem como as sugestões do Grupo Ampliado, que se reuniu em 14/11/14 para sugerir ações que poderiam ser submetidas à apreciação do Comitê de Gestão Estratégica para integrar o Plano.

A fim de definir os projetos a serem desenvolvidos, Carolina apresentou sequência de slides em que constavam o objetivo estratégico, as metas já definidas para o TRT4, os projetos em andamento para o objetivo em tela e as sugestões do Grupo Ampliado para o mesmo objetivo.

## 2. Definição do portfólio de projetos

Neste tópico, os relatos e resultados são apresentados por objetivo estratégico aprovado no planejamento 2015-2020, tendo cada um deles a descrição de projeto em andamento no plano vigente, a proposta da AGE para tal objetivo e/ou projeto relacionado, bem como as sugestões do Grupo Ampliado. Ao final de cada objetivo, são descritas as considerações do Comitê e as decisões tomadas.

### Objetivo 1 - Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida

Projetos em andamento	Proposta AGE
Promoção da Saúde Ocupacional	Transferir as ações do PPRA e PCMSO projeto para a Comissão de Engenharia, de Segurança e Medicina do Trabalho e para a Coordenadoria de Saúde. <b>Conclusão de escopo pendente:</b> aprimoramento dos procedimentos administrativos da Coordenadoria de Saúde (coleta de informações Resolução CSJT 141/2014)

#### Sugestão do Grupo Ampliado

- Estudar e minimizar o impacto do PJe sobre a saúde dos servidores e magistrados.

#### Considerações do Comitê

- Gerais:

Carolina defendeu que o projeto “Promoção da Saúde Ocupacional” se encerrou com a contratação do PCMSO e do PPRA. Assim, as atividades decorrentes do projeto passariam a ser gerenciadas pela Coordenadoria de Saúde e a AGE se restringiria a auxiliar aquela unidade no mapeamento e aprimoramento de seus procedimentos administrativos, pois esta é uma das entregas pendentes dentro do escopo do referido projeto.

Mauro considerou que apenas um projeto para atender ao objetivo seria insuficiente. Carolina alegou que poderão ser acrescentadas novas ações, assim que forem publicados os resultados da pesquisa de clima organizacional, iniciada pela SECOM em dezembro.

#### **- Sobre o PJe:**

Dra. Andréa defendeu que já fosse realizado estudo do impacto do PJe sobre a saúde, pois o sistema “já dá sinais de que agrava a saúde dos magistrados e servidores”.

Dr. Fioreze afirmou que a opinião dos médicos do TRT em relação ao impacto do PJE é diferente da opinião do sindicato, e que talvez fosse necessário que o TRT realizasse um estudo, destacando que o CSJT possui pesquisa em andamento sobre o mesmo tema.

Dra. Ana Luiza complementou, dizendo que o PJe é um problema que se relaciona com a qualidade de vida, e que seria necessário “realizar um estudo sério”.

Dra. Carmen concordou com as manifestações, dizendo que é importante mostrar que existe preocupação da instituição com o impacto do PJe sobre a saúde.

#### **- Sobre a manifestação dos Assistentes de Gabinete e condições de trabalho:**

Dra. Ana Luiza afirmou ser importante aprimorar a gestão de pessoas, mais especificamente o gerenciamento de equipes, nos gabinetes do 2º Grau.

Dr. Fioreze afirmou que foi feita manifestação formal dos gabinetes em relação à carga de trabalho a que estão submetidos.

#### **Decisões:**

Incluir no Plano Estratégico o projeto “Estudar impacto do PJe sobre a saúde dos servidores e magistrados”.

Incluir ação setorial de capacitação em gestão de equipes para gestores do 2º grau, a cargo da SEGESP.

Incluir ação setorial de mapeamento das atividades da Coordenadoria de Saúde, sob a coordenação da AGE.

## **Objetivo 2: Promover a inovação, integração e atualização dos sistemas de informação**

<b>Projetos em andamento</b>	<b>Proposta AGE</b>
Implantação do Pje-JT – Gestão de riscos	Encerrar monitoramento da gestão de riscos com foco na implantação.  Projetos no âmbito do PE SETIC.

### **Sugestões do Grupo Ampliado**

- Capacitação de um servidor para atuar como facilitador de informática em cada unidade.
- Levantamento de requisitos junto a usuários, para melhoria do PJe.
- Levantamento de requisitos junto a usuários, para melhoria dos sistemas existentes.

### **Considerações do Comitê**

#### **- Gerais**

Carolina opinou no sentido de que não haveria mais necessidade de monitorar os riscos da implantação do PJe. Considerou também que o objetivo será atendido pelas ações da SETIC, não sendo necessária a criação de projeto estratégico.

Mauro ponderou que não seria politicamente interessante concluir o projeto antes da implantação final do PJe. Defendeu que o monitoramento prosseguisse até o fim de 2015, quando o sistema terá sido integralmente implantado. Dra. Carmen reforçou a posição do Mauro, e a proposta foi aceita pelos demais membros do Comitê.

Em relação às sugestões do Grupo Ampliado, Natacha ponderou que poderiam ser ações a serem desenvolvidas pela SETIC, não possuindo o peso de um projeto estratégico.

#### **Decisões:**

Manter como projeto estratégico o **monitoramento dos riscos do PJE**, até o final de 2015.

Incluir no Plano Estratégico duas ações setoriais, sob a responsabilidade da SETIC, que englobe as três sugestões do Grupo Ampliado, como segue:

**“Democratizar a construção do PJe”**

**“TI mais próxima do usuário”.**

#### **Objetivo 3: Aprimorar a gestão orçamentária**

<b>Projetos em andamento</b>	<b>Proposta AGE</b>
Não há	Acompanhamento administrativo

#### **Sugestões do Grupo Ampliado**

- Criar projeto de redução do desperdício, com ações de vários tipos: economia de papel, reciclagem de materiais, mais critério na alocação de recursos e instalação de equipamentos.

- Melhorar a fiscalização dos contratos.

#### **Considerações do Comitê**

Carolina alegou que não há necessidade de projeto para esse objetivo, sendo suficiente o acompanhamento administrativo.

Dr. Fioreze falou que isso representaria “o acompanhamento do acompanhamento”.

Daniela esclareceu que existe uma Resolução do CNJ que estabelece que 100% do orçamento deve ser executado. Disse que considera importante esclarecer como os recursos são gastos, os motivos de não ser possível remanejar valores e melhorar o investimento do dinheiro público.

Onélio alegou que o que as pessoas querem é entender o orçamento, dispor de canais de informação para acompanhar sua elaboração e execução. Complementou dizendo que a terminologia utilizada em gestão orçamentária deve ser esclarecida, de forma a tornar mais acessível a compreensão pelo público em geral.

Dra. Andréa também entende que a comunicação acerca do tema é falha, e que magistrados e servidores deveriam ser ouvidos antes de serem feitos gastos em infraestrutura, por exemplo. Em relação à fiscalização dos contratos, defendeu que os usuários deveriam ser mais ouvidos na avaliação dos serviços prestados.

Dra. Carmen concordou, complementando que além de informações sobre o orçamento, deveria haver capacitação de magistrados e servidores para que compreendam o orçamento, especialmente nos cargos da Administração. Complementou dizendo que as pessoas são transitórias (nos cargos que ocupam) e que as informações precisam ser repassadas.

Soraia concordou, defendendo que haja transferência de conhecimento de quem recebe informações para os demais. Defendeu que a fiscalização dos contratos deve ser mais efetiva.

Dr. Fioreze completou, sugerindo que fosse desenvolvida ação para melhorar a comunicação acerca do orçamento.

Carolina finalizou, sugerindo que seja desenvolvido um projeto estratégico de capacitação para entender o orçamento e uma ação setorial de comunicação sobre o orçamento.

#### **Decisões:**

Desenvolvimento do Projeto Estratégico “**Entendendo o Orçamento**”, com foco em capacitação para a área administrativa e membros da Administração.

Desenvolvimento de Ação Setorial “**Comunicação sobre o orçamento**”, que tratará da disseminação de informações sobre orçamento em linguagem acessível, de responsabilidade da SECOM.

## Objetivo 4: Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Projetos em andamento	Proposta AGE
Atendimento ao Público - expansão	Continuar em 2015, durante a implantação do PJe.
Sentença Líquida	Capacitação com parte do plano anual, manutenção do blog pela SECOM; Ação piloto "faça uma ganhe uma" (proposta para Canoas). Concluir em março de 2015.
Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau	Continuar em 2015, com possível ampliação do escopo. Propor uniformização de procedimentos para o 1º Grau, padronização dos laudos periciais, publicação de modelo de organização do trabalho.
Qualificação de Servidores	Em 2015, implantação de piloto com 2 turmas no interior e 2 na capital. Depois, incorporação dos cursos no plano anual de capacitação da SEGESP.
Gestão em 1º Grau	Concluir. <b>Programa de Assessoramento aos Gestores (lições aprendidas)</b>
Agilização da Execução	Cancelar
Agilização dos Julgamentos	Reavaliar. Possível mudança no escopo.
	Projeto de <b>Qualificação dos gestores</b> , contemplando aspectos jurídicos, de gestão e comportamentais.
	Projeto de <b>uniformização de procedimentos</b> .

### Sugestões do Grupo Ampliado

As sugestões já estão contempladas nas propostas da AGE.

### Considerações do Comitê

Carolina sugeriu que o projeto Sentença Líquida seja concluído, sendo mantidas as ações de capacitação como parte do Plano Anual de Capacitação da SEGESP ou da Escola Judicial, conforme orientação da Administração. Mencionou a ociosidade da maioria das licenças do programa Debit, objeto de parte dos treinamentos realizados. Dr Fioreze sugeriu que as licenças sejam adquiridas "sob demanda", de acordo com os usuários que estão ativos.

Dra. Andréa defendeu que é importante investir para que seja possível fazer sentenças líquidas, conforme interesse do juiz. Para isso, sugeriu que o setor de cálculos capacite os servidores diretamente nas unidades onde trabalham, para apoio

direto e local ao magistrado que opte por aderir à prática de sentenças líquidas. Afirmou que a Corregedoria poderia se envolver nessa ação.

Carolina sugeriu que o projeto “Reorganização do Trabalho nas unidades de 1º grau” encampe o “Agilização na execução”, pois neste último as sugestões recebidas para o projeto dizem respeito essencialmente ao aprimoramento de rotinas e procedimentos, o que já faz parte do projeto “reorganização”.

Em relação ao projeto Gestão em 1º Grau, Carolina propôs sua conclusão, registrando o bom resultado em Esteio, e substituição por projeto de assessoramento aos gestores, que seria uma espécie de SAT para o gestor de 1º grau. A equipe do projeto seria multissetorial, com servidores da AGE e Corregedoria, entre outros. Dra. Carmen elogiou a proposta, relatando que, conforme sua experiência nas correições, a ação é necessária. A Vice-Corregedora complementou sua manifestação, afirmando que a Corregedoria poderia recomendar ou mesmo, determinar que o gestor da vara busque assessoria do projeto para melhor a gestão da sua unidade.

Carolina destacou que a AGE, a partir das informações obtidas em pesquisa feita com magistrados e diretores de secretaria e da consulta sobre projetos, detectou que existe demanda para o aprimoramento dos gestores do 1º grau. Tanto os magistrados quanto os próprios gestores manifestaram-se sobre a necessidade de capacitação para gestão das secretarias. Lembrou, ainda, que essa demanda faz parte das diretrizes da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, normatizada pela Resolução nº194/2014 do CNJ. Adicionalmente, Carolina relatou ao Comitê a exitosa experiência da Escola Judicial com o Itinerário Formativo para Diretores de Secretaria que, no ano de 2014 contou com módulos que vão ao encontro da demanda de capacitação já referida. Propôs que exista projeto sobre o tema, que pode partir da experiência da Escola Judicial, com o que concordou o Comitê.

#### **Decisões:**

O projeto **sentença líquida** será concluído, tendo como resultado a inclusão das ações de treinamento no plano de capacitação permanente e a manutenção do *blog* pela SECOM. O sistema de cálculos a ser utilizado nos treinamentos será preferencialmente o gratuito (Juriscalc), mas quem já utiliza o sistema pago (Debit) poderá continuar utilizando, com aquisição de licenças por demanda.

Em relação aos demais projetos estratégicos, foram acatadas as propostas da AGE, conforme a tabela.

## Objetivo 5: Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos

Ações Setoriais	Descrição	Áreas responsáveis
Implementar gestão de processos	Mapeamento, redesenho e melhoria dos principais processos de áreas selecionadas	SEGESP, Secretaria de Administração, Corregedoria e SEMPRO

### Sugestões do Grupo Ampliado

A sugestão mais relevante foi implementar gestão por processos.

### Considerações do Comitê

Dra. Carmen ressaltou a importância de descrever e documentar as atividades que são desenvolvidas em cada setor. Relatou que quando ingressou na Vice-Corregedoria não havia documentação e, em decorrência disso, os servidores levaram de três a quatro meses para aprender todo o trabalho. Embora houvesse um relatório sobre as atividades que haviam sido realizadas no período, ele não foi suficiente.

Dra. Cleusa complementou, dizendo que deveria ser elaborado um esqueleto das atividades de cada setor, e que cada gestor deveria contribuir complementando e aprimorando esse esqueleto.

Dr. Fioreze sugeriu que os gestores definissem quais são os principais processos de sua área, e que esses sejam mapeados.

Soraia lembrou que o TRT não possui um Regulamento Geral, em que são definidas as atividades desenvolvidas em cada setor, sendo o mapeamento um dos passos cruciais para a construção e aprovação da referida norma.

Dra. Rosane questionou se o mapeamento seria feito somente nos setores citados (SEGESP, Secretaria de Administração, Corregedoria e SEMPRO). Perguntou se a Direção-Geral não seria incluída nos setores a serem mapeados. Carolina esclareceu que, ao mapear os três setores que estão hierarquicamente abaixo da Diretoria-Geral, por consequência, os processos desta unidade acabam por ser mapeados. Quanto à Vice-Corregedoria, os processos dessa área que forem diversos dos processos da Corregedoria também serão mapeados.

---

Dr. Fioreze complementou, dizendo que inicialmente será feito o mapeamento somente das áreas citadas, mas outras áreas, por iniciativa própria, poderão realizar seus mapeamentos. Nesses casos, a AGE subsidiaria as áreas com elementos técnicos, na medida das suas possibilidades.

**Decisão:**

A **implementação da gestão de processos** será uma ação setorial que será desenvolvida, prioritariamente, nas quatro áreas citadas.

## Objetivo 6: Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes

Projetos em andamento	Proposta
<b>Novo</b>	Criação de Núcleo de Informações dos Grandes Litigantes

### Sugestões do Grupo Ampliado

A sugestão do Grupo Ampliado foi a criação de um núcleo de informações dos grandes litigantes.

### Considerações do Comitê

Dr. Fioreze comentou sobre a proposta de criação do núcleo de informações sobre os grandes litigantes e sugeriu que fosse incluído no projeto o gerenciamento das demandas repetitivas, tendo em vista o “cacoete” do TRT4 de julgar os processos de forma individual. Afirmou ser importante coletar informações sobre o comportamento das maiores litigantes (pedidos mais comuns, localização, etc.)

Dra. Andréa questionou se o gerenciamento das demandas repetitivas e dos grandes litigantes não traria sobreposição com as atividades em desenvolvimento nos Juízos Auxiliares.

Dra. Cleusa lembrou que a Vice-Presidência já está tratando das demandas repetitivas por conta da Lei 13.015/2014. Para evitar sobreposição de tarefas, foi sugerido que as informações que o projeto levantar em relação a demandas repetitivas sejam encaminhadas à Vice-Presidência.

Dr. Ledur sugeriu mudança de redação do texto da proposta, de “informações **dos** grandes litigantes” para “informações **sobre** os grandes litigantes”.

### Decisão:

Alteração da redação do projeto para “**Criação de núcleo de informações sobre grandes litigantes e demandas repetitivas**”.

## Objetivo 7: Fortalecer os processos de governança

Projetos em andamento	Proposta
<b>Novo</b>	Criação de canal de discussão (forum) sobre questões administrativas
<b>Novo</b>	Criar e implantar sistema de governança envolvendo os níveis estratégico, tático e operacional

### Sugestões do Grupo Ampliado

A sugestão do Grupo Ampliado foi a criação de canal de discussão sobre questões administrativas.

### Considerações do Comitê

Carolina lembrou que já existem indicadores estabelecidos pelo TCU, iGOV-TI e o iGOV-Pessoas, que vêm sendo medidos anualmente, e que foi criado recentemente um índice geral que contempla itens para verificação do nível de maturidade em governança, o IGOV (geral), que foi medido pela primeira vez em 2014.

Dr. Fioreze afirmou que o TRT4 não está com dificuldade para atingir a meta nem do o iGOV-TI nem do iGOV-Pessoas.

Daniela posicionou-se diferente, afirmando acreditar que há muito o que melhorar em governança. Sugeriu que fosse estudado o questionário que avalia o nível de governança e que a atuação do TRT4 fosse diretamente sobre os pontos em que há dificuldade.

Natacha ponderou que várias das propostas que estão no Plano Estratégico 2015-2020 vão ao encontro da melhoria da governança.

Dr. Fioreze sugeriu descartar a proposta de criação do canal de discussão, mantendo somente a segunda proposta.

Dra. Carmen propôs que em vez de retirar, fosse alterada a redação da segunda proposta, contemplando nela a primeira. A redação proposta foi: “Criar e

implantar sistema de governança envolvendo os níveis estratégico, tático e operacional, com posterior criação de canal de discussão sobre questões administrativas.

Mário sugeriu que a proposta não tivesse status de projeto estratégico, mas de ação setorial. A sugestão foi acatada pelo grupo. A área responsável pela ação será a Secretaria de Administração.

#### **Decisão:**

Executar ação setorial denominada “Criar e implantar sistema de governança envolvendo os níveis estratégico, tático e operacional, e posterior criação de canal de discussão sobre questões administrativas”. A área responsável será a Secretaria Administrativa, que utilizará como subsídio o questionário aplicado pelo TCU para medir o IGOV.

#### **Objetivo 8: Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania**

Ações setoriais	Descrição	Área responsável
Eventos de promoção da cidadania	Planejar e realizar eventos voltados à promoção da cidadania	SECOM

**Sugestões do Grupo Ampliado:** não houve.

#### **Considerações do Comitê**

Foi sugerido alterar a redação da ação para “Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania”.

Dra. Andréa esclareceu que o planejamento da ação poderá ser feito por vários setores, conforme o tema. Eventos relacionados ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil, por exemplo, poderão ser planejados pelas gestoras que tratam do assunto no TRT. A SECOM ficará incumbida de promover os eventos e reunir as informações acerca deles, prestando contas à AGE quando solicitada.

**Decisão:**

Aprovada ação setorial, com redação alterada para “**Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania**”.

**Deliberações finais:**

Carolina esclareceu que as ações setoriais serão executadas pelas respectivas áreas, e que a AGE ficará responsável pelo monitoramento de todas elas. Reforçou que a AGE tem capacidade limitada, não tendo condições de executar imediatamente todos os projetos e submeteu ao Comitê o questionamento sobre quais seriam os projetos estratégicos **prioritários para 2015**.

Os projetos escolhidos foram:

- ★ Qualificação de Gestores
- ★ Assessoramento aos Gestores
- ★ Qualificação de Servidores
- ★ Criação de núcleo de informações sobre demandas repetitivas e grandes litigantes e
- ★ Entendendo o Orçamento.

**Lista dos projetos estratégicos:**

- Implantação do PJe-JT – Gestão de Riscos
- Atendimento ao Público (expansão)
- Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau
- Qualificação de servidores (1º grau)
- Agilização dos Julgamentos (1º grau)
- Qualificação de gestores (1º grau)
- Assessoramento aos Gestores
- Criação de Núcleo de Informações sobre grandes litigantes e demandas repetitivas
- Entendendo o Orçamento
- Estudo do impacto do PJe sobre a saúde dos magistrados e servidores.

**Lista das ações setoriais:**

<b>Ação</b>	<b>Área responsável</b>
Democratizar a construção do PJe	SETIC
TI mais próxima do usuário	SETIC
Sistema de governança (aprimoramento do I-Gov)	Secretaria de Administração
Implementar gestão de processos (área administrativa)	SEGESP, SEMPRO, SA, Corregedoria
Comunicação sobre o orçamento	SECOM
Capacitação em gestão de equipes para gestores do 2º grau	SEGESP
Mapeamento das atividades da Coordenadoria de Saúde	AGE
Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania	SECOM